

## Estratégia do Programa de Cabo Verde (2010-2014)



Programa das Pequenas subvenções do Fundo Mundial do Ambiente às ONGs  
GEF Small Grants Programme

## ÍNDICE

Sumário Executivo.....	4
<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
1.1 Estratégia de Programa do País.....	8
1.2 Localização Geográfica.....	8
<b>2. ANÁLISE DO CONTEXTO ACTUAL.....</b>	<b>9</b>
2.1 Contexto Político e Governação .....	9
2.2 Contexto Socioeconómico.....	9
2.2.1 Situação Macroeconómica .....	11
2.3 Contexto Ambiental.....	11
2.3.1 Desafios das Áreas Focais do GEF SGP .....	14
2.3.1.1 As Áreas Focais do GEF SGP .....	14
2.3.1.2 Os Desafios em Cabo Verde .....	15
2.3.2 Prioridades da Fase Operacional 5 do GEF SGP e das Políticas Nacionais .....	19
2.3.3 As convenções Protocoladas por Cabo Verde no Domínio do GEF .....	19
2.4 Quadro Legal e Institucional .....	20
2.5 A Sociedade Civil .....	21
2.6 Estratégias de Redução da Pobreza e a Pobreza.....	23
2.7 O Género.....	24
2.8 Os doadores em Cabo Verde .....	24
<b>3. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS.....</b>	<b>25</b>
3.1 Nicho do Programa e Prioridades.....	25
3.2 Impactos, objectivos, Resultados da Estratégia de Programa do País .....	28
3.2.1 Acompanhamento e Avaliação das Áreas Temáticas: .....	32
3.2.1.1 Tipos de projectos prioritários do GEF SGP.....	35
<b>4. UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DA 5ª FASE OPERACIONAL .....</b>	<b>37</b>
<b>5. ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO &amp; RELATÓRIOS.....</b>	<b>37</b>
5.1 A nível dos projectos .....	38
5.2 A nível do programa .....	38
5.3. Relatórios.....	39
<b>6. OPERACIONALIDADE DO PROGRAMA.....</b>	<b>39</b>
6.1 Estrutura do Programa do SGP em Cabo Verde .....	39
<b>7. ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS .....</b>	<b>40</b>
<b>8. ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE .....</b>	<b>41</b>
<b>9. GESTÃO E ESTRATÉGIA DE CONHECIMENTO.....</b>	<b>42</b>
<b>10. REFERÊNCIAS CONSULTADAS .....</b>	<b>43</b>

## Lista dos Acrónimos

CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados de África do Oeste
CNP	Comité Nacional de Pilotagem
CN	Coordenador Nacional
CPMT	Equipa Central de Gestão do Programa em Nova York
CPS	Country Programme Strategy
DECRP	Documento da Estratégia da Redução da Pobreza
DGA	Direcção Geral do Ambiente
DGASP	Direcção Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária
DGP	Direcção Geral das Pescas
EPP	Estratégia de Programa do País
EIA	Estudos de Impacte Ambiental
GEF	Global Environment Facility
INGRH	Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos
INDP	Instituto Nacional do Desenvolvimento das Pescas
INE	Instituto Nacional de Estatística
INIDA	Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário
INMG	Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica
MADRRM	Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos
MpD	Movimento para a Democracia
NAPA	Programa Nacional de Adaptação as Mudanças Climáticas
OADISA	Organização das Associações para o Desenvolvimento Integrado de Santo Antão
OASIS	Organização das Associações da Ilha de Santiago
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
OMCV	Organização das Mulheres de Cabo Verde
ONGs	Organizações Não Governamentais
OSC	Organizações da Sociedade Civil
PAICV	Partido Africano para Independência de Cabo Verde
PAIS	Planos Ambientais Intersectoriais
PAM	Planos Ambientais Municipais
PANA	Plano Nacional de Acção para o Ambiente
PDM	Países de Desenvolvimento Médio
PIB	Produto Interno Bruto
PLPR	Programa da Luta Contra a Pobreza no Meio Rural
PMA	Países Menos Avançados
PNIEG	Plano Nacional para a Igualdade e Equidade de Género
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POPs	Poluentes Orgânicos Persistentes
QUIBB	Questionário Unificado dos Indicadores Básicos de Bem-Estar
RAF	Resource Allocation Framework
SGP	Small Grants Programme
USD	Dólar dos Estados Unidos da América do Norte
ZEE	Zona Económica Exclusiva

## Sumário Executivo

O Programa das Pequenas Subvenções do Fundo Mundial do Ambiente às ONGs (GEF SGP) é implementado pelo PNUD e executado administrativamente pelos Escritórios das Nações Unidas para Execução de Projectos, designado UNOPS.

O GEF SGP foi lançado em 1992, seguindo o princípio de que soluções ambientais a nível mundial geralmente só são viáveis, se as populações locais estiverem activamente envolvidas e os benefícios forem direccionados ao nível local. O programa iniciou-se com apenas 22 países beneficiários, expandindo-se para 126 em 2011, o que o transformou num verdadeiro programa GEF global. Conta hoje com mais de 13,500 projectos financiados.

O GEF SGP iniciou os primeiros contactos com o PNUD Cabo Verde em 2006. Em meados de 2008, uma missão de avaliação das capacidades do país para fins de implementação do programa foi realizada, tendo sido, efectivamente, operacionalizada em Agosto de 2009.

A operacionalização do programa prevê uma série de actividades chaves, entre as quais se destaca a elaboração de uma Estratégia de Programa do País (EPP). Este documento tem a função de articular as necessidades e prioridades do país em matéria ambiental, com os compromissos assumidos a nível internacional, integrando ainda eixos transversais como a luta contra a pobreza e a igualdade do género.

A EPP é o documento orientador do programa, pois, além de identificar os impactos, objectivos, resultados e indicadores, promove uma cultura orientada para a obtenção de resultados. Identifica caminhos para um acompanhamento e avaliação eficazes, assim como define linhas de acção para a mobilização de recursos e a sustentabilidade do programa, no geral. Define e norteia critérios básicos de selecção dos projectos nas áreas focais do GEF SGP, nomeadamente a biodiversidade, mudanças climáticas, protecção das águas internacionais, degradação de terras e eliminação dos poluentes orgânicos persistentes.

Os principais objectivos da EPP são: (1) Identificar os resultados e impactos do SGP Cabo Verde, com base nas áreas temáticas do GEF e prioridades do país; (2) Enfatizar uma cultura orientada para a obtenção de resultados; (3) Demonstrar a coerência entre os objectivos GEF SGP a nível mundial e os da redução da pobreza, *empoderamento* da sociedade civil no contexto dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio; (4) Apoiar e gerar conhecimento, métodos eficazes e abordagens derivadas da experiência com projectos; e (5) Delinear estratégias operacionais para a mobilização de recursos e sustentabilidade.

## O contexto

As ilhas de Cabo Verde formam um arquipélago constituído por dez ilhas (nove habitadas) e treze ilhéus. O arquipélago encontra-se localizado entre as latitudes 14º 23' e 17º 12' Norte e as longitudes 22º 40' e 25º 22'. Tem uma área emersa de 4033 km<sup>2</sup>, uma Zona Económica Exclusiva (ZEE) estimada em 734, 000 km<sup>2</sup> e uma população de 527,269 habitantes.

O Produto Interno Bruto (PIB) per capita cresceu de \$2.080 USD em 2000 para \$3.193 USD segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2010, sendo o turismo o sector que mais contribuiu neste âmbito. A esperança média de vida dos Cabo-verdianos alcançou os 71,9 anos, com 68,5 anos nos homens e 76,3 anos nas mulheres e a pobreza foi reduzida de 49% em 1989 para 27% em 2007. Estes factos, entre outros, ajudaram o país a graduar-se do leque dos Países Menos Avançados (PMA) para Países de Desenvolvimento Médio (PDM), em 2009.

No âmbito da boa governação, o índice *Ibrahim* posicionou Cabo Verde em segundo lugar, (78 pontos de 100 possíveis), atrás das Ilhas Maurícias, num total de 53 países africanos avaliados em 2007. As Nações Unidas indicaram que o país se posicionou no 118º lugar com um índice de 0.534 de Desenvolvimento Humano, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano em 2010.

A nível ambiental, o arquipélago sempre foi alvo de pressões e destruição de determinados habitats e de ecossistemas. As práticas agrícolas insustentáveis e actividades afins nas zonas de maiores altitudes muito têm contribuído neste âmbito. Nos últimos anos, a pesca e o turismo têm também exercido alguma pressão sobre o ambiente costeiro, bem como sobre a biodiversidade marinha e terrestre.

Neste sentido, tanto a agricultura insustentável e, conseqüentemente, a destruição de habitats, ameaçam uma vasta lista de espécies vegetais em zonas consideradas chaves. Os problemas poderão resumir-se nos seguintes:

- Degradação de solos nas áreas rurais;
- Métodos insustentáveis de utilização da água;
- Diminuição e/ou extinção das espécies animais e vegetais (marinhos, costeiros e terrestres), consideradas em perigo (perda da biodiversidade – espécies vulneráveis);
- Algumas pragas de doenças na agricultura;
- Destruição total da maior parte dos ecossistemas das zonas de maior altitude e alguns ecossistemas das zonas litorais;
- Destruição de habitats (extracção de areia nas praias);
- Produtos químicos sintéticos e orgânicos, tais como pesticidas, e produtos químicos industriais que impedem a fotossíntese e a movimentação dos plânctons.

## A Estratégia

Um quadro extenso de consultas com actores do programa e de consulta bibliográfica específica ditou duas prioridades para o programa em Cabo Verde, ambas contendo temas transversais como o reforço das capacidades, igualdade de género, informação e sensibilização:

**Espécies e Habitats em Perigo** – abrangendo as áreas protegidas do país, zonas de amortecimento, zonas adjacentes, em especial as operacionais e as que se encontram em processo de acções ou projectos. Também serão abrangidas zonas de especial interesse comunitário, zonas costeiras e sensíveis, nomeadamente as zonas húmidas.

**Gestão Integrada e Sustentável dos Recursos da Terra** – abrangendo as áreas protegidas, zonas de amortecimento, e zonas adjacentes, zonas de especial interesse comunitário zonas altas, húmidas e íngremes, com prioridades para as ilhas de Santo Antão, Fogo, São Nicolau, Maio e Santiago.

### **Espécies e Habitats em Perigo**

Impacto: Diminuída a perda de espécies e habitats chaves, nomeadamente tartarugas marinhas, aves marinhas, praias de nidificação de tartarugas, e comunidades de coral nas áreas geográficas do programa.

#### Objectivos:

- Promover e reforçar a sustentabilidade das áreas protegidas através de acções das ONGs e Associações Comunitárias;
- Dinamizar acções que propiciem a integração da conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos naturais nos sectores produtivos.

### **Gestão Integrada e Sustentável dos Recursos da Terra**

Impacto: Abordagens integradas para combater a degradação dos solos, particularmente para a agricultura sustentável são implementadas com sucesso nas áreas geográficas seleccionadas.

#### Objectivos:

- Promover meios eficazes de captação, de armazenamento, e de gestão sustentável dos recursos hídricos;
- Catalisar a implementação de tecnologias que proporcionam a resiliência climática nas comunidades locais;

- Estimular a implementação de medidas contra a desertificação ou degradação de terras, e mitigar os efeitos da seca nas zonas do programa através de iniciativas comunitárias;
- Fomentar a implementação de iniciativas integradas de combate e gestão, a fertilidade dos solos às doenças e pragas de modo a diminuir a contaminação no ambiente

A estrutura de decisão do GEF SGP em Cabo Verde é formada por um Comité Nacional de Pilotagem (CNP) composta por membros, maioritariamente, da sociedade civil, instituições do governo e uma Coordenação Nacional composta por um Coordenador e uma Assistente de Programa. O CNP tem o papel de fornecer directrizes para a elaboração da EEP, avaliar e aprovar as propostas dos projectos das ONGs, assim como acompanhar e avaliar o próprio programa. A Coordenação Nacional, além de representar o secretariado do CNP, é responsável pela implementação e gestão do programa e de estabelecer parcerias com potenciais doadores e outros actores chaves.

## **1. INTRODUÇÃO**

### **1.1 Estratégia de Programa do País**

O Programa das Pequenas Subvenções do Fundo Mundial do Ambiente às ONGs (GEF SGP) é um programa a nível mundial implementado pelo PNUD e executado administrativamente pelos Escritórios das Nações Unidas para Execução de Projectos, a UNOPS. Lançado em 1992, expandiu-se de 22 países para 97, em 2007, e para 126 em Maio de 2009. Hoje, apoia mais de 13,500 projectos em várias regiões do globo. O processo de implementação do GEF SGP em Cabo Verde iniciou-se em 2006, tendo passado por uma missão de avaliação das capacidades e efectivamente implementado em Agosto de 2009.

O GEF SGP financia projectos somente a organizações da sociedade civil nas 5 áreas focais do GEF, nomeadamente Biodiversidade, Mudanças Climáticas, Águas Internacionais, Degradação de Terras e Poluentes Orgânicos Persistentes.

A estrutura do GEF SGP é descentralizada e impulsionada pelos países de acolhimento. Os parâmetros estabelecidos pelo Conselho do GEF e do Secretariado, reflectidos no quadro estratégico do GEF SGP, prevêem um envolvimento activo das comunidades locais no programa. A visão do programa persiste em que soluções ambientais mundiais geralmente só são viáveis, se as populações locais estiverem activamente envolvidas e os benefícios direccionados ao nível local.

A implementação efectiva do SGP é feita a partir da elaboração de uma Estratégia de Programa do País (EEP). Este documento orientador consegue articular os compromissos ambientais internacionais dos países de acolhimento com as áreas focais do GEF e com as prioridades nacionais.

O EEP identifica caminhos para um acompanhamento e avaliação eficazes e eficientes e define linhas de acção para a mobilização de recursos e sustentabilidade do programa, no geral, o que o torna num mecanismo que promove uma cultura orientada para a obtenção de resultados. O documento define ainda as áreas temáticas e geográficas de abrangência, identifica objectivos, impactos e resultados que o programa almeja atingir nos próximos 4 anos. Mais ainda, norteia indicadores de sucesso e critérios básicos para a selecção dos projectos nas áreas focais do GEF SGP.

### **1.2 Localização Geográfica**

O arquipélago de Cabo Verde (ver mapa no Anexo I) é constituído por dez ilhas (nove habitadas) e treze ilhéus. Encontra-se localizado entre as latitudes 14º 23' e 17º 12' Norte e as longitudes 22º 40' e 25º 22' Oeste, a cerca de 450 km Oeste do Senegal e aproximadamente a 1400 km Sudoeste do arquipélago das Canárias, no Atlântico Norte. Tem uma área emersa de 4033 km<sup>2</sup> e uma Zona Económica Exclusiva (ZEE) estimada em 734, 000 km<sup>2</sup>.

## 2. ANÁLISE DO CONTEXTO ACTUAL

### 2.1 Contexto Político e Governação

Os progressos no âmbito da democracia em Cabo Verde têm sido notáveis desde a abertura multipartidária em 1990 até à presente data. Várias eleições livres foram já realizadas, tanto a nível nacional como a nível das autarquias.

O cenário político é dominado pela presença dos dois maiores partidos políticos do país, o Partido Africano para Independência de Cabo Verde (PAICV), e o Movimento para a Democracia (MpD).

A constituição do país prevê ainda uma outra estrutura de poder, o judicial. Este, segundo a Constituição da República, *“tem por objecto dirimir conflitos de interesses públicos e privados, reprimir a violação da legalidade democrática e assegurar a defesa dos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos”*<sup>1</sup>.

As Organizações da Sociedade Civil (OSC) têm sido, de alguma forma, implicadas em certos sectores do desenvolvimento. Algumas OSCs têm participado no processo de desenvolvimento cívico, económico, cultural e ambiental. No entanto, depara-se ainda com alguns desafios no sector, como por exemplo, na liderança, nos recursos disponíveis e nas limitações de capacidades de resposta aos desafios correntes. É uma realidade que muitas Organizações Não Governamentais (ONGs) organizaram-se internamente e em rede, muitas vezes, a fim de melhor responderem aos desafios do sector e à *“procura de financiamento e implementação de projectos de interesse para as comunidades de base”*<sup>2</sup>.

No âmbito da governação, alguns ganhos vêm sendo verificados. O índice Ibrahim, um mecanismo da Fundação Mo Ibrahim, que visa a análise da qualidade da governação em África, posicionou Cabo Verde em segundo lugar, (78 pontos de 100 possíveis), atrás das Ilhas Maurícias, num total de 53 países africanos avaliados em 2007. O índice Ibrahim *“avalia a governação em África, no sentido de informar os cidadãos, seus governos e outras instituições públicas, com o objectivo de estimular o debate de forma construtiva e estabelecer um quadro para a boa governação em África”*<sup>3</sup>.

### 2.2 Contexto Socioeconómico

Os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) estimaram que em 2008 a população era de 499.796 habitantes, sendo 51,6% mulheres e 60% com idade inferior a 25 anos. Estima-se que para 2011 a população do país cresça para 527.269 habitantes (ver Quadro 1 e Gráfico 1), dos quais

---

1 Constituição da República de Cabo Verde, Título V, Capítulo I – Art. 208

2 Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza II

3 <http://www.moibrahimfoundation.org/en/section/the-ibrahim-index>

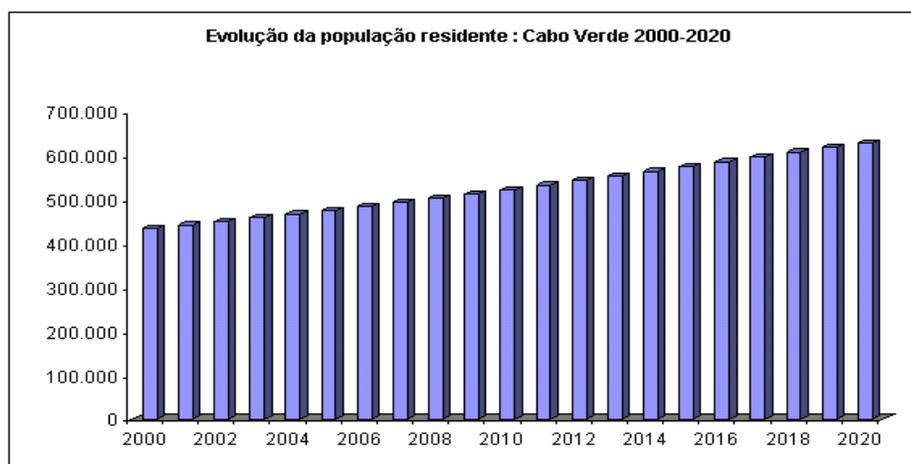
90%, aproximadamente, vivendo na zona costeira, representando uma densidade populacional aproximada de 131 hab. /km<sup>2</sup>.

**Quadro 1 – Projecções Demográficas de Cabo Verde por ano**

	População total	% Urbana	% Rural
<b>2009</b>	508.633	61.44 %	38.59 %
<b>2010</b>	517.831	62.09 %	37.91 %
<b>2011</b>	527.269	62.51 %	37.49 %

Fonte: <http://www.ine.cv/dadosestatisticos.aspx>

**Gráfico 1: Projecção da evolução da população residente até 2020**



Fonte: Avaliação do Impacto Socioeconómico e Ambiental dos Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs)

A ilha de Santiago comporta cerca de metade da população, cabendo à cidade da Praia, capital do país, cerca de ¼ do total. As projecções para 2011 indicam que a ilha de São Vicente terá 82,773 habitantes, enquanto que o município de Santa Catarina, na Ilha de Santiago, terá 49,424 habitantes<sup>4</sup>. A taxa de crescimento médio natural da população indicada pelo INE é 1,97 e o índice de fecundidade situado em 2,88 filhos por mulher.

Cabo Verde é conhecido como um país de emigração, no entanto, nos últimos anos, devido a restrições no acolhimento de certos países, tem-se verificado uma tendência na diminuição do fluxo migratório, especialmente entre 1990-95 e 1995-2000, cujo saldo verificado passou de 9.900 para 8.900 emigrantes, estimando-se que em 2008 tenha sido de -1.355.

Dados do Relatório do Desenvolvimento Humano de 2010 das Nações Unidas para o Desenvolvimento revelam que Cabo Verde se encontra no 118º lugar, com um índice de 0.534

<sup>4</sup> <http://www.ine.cv/dadosestatisticos.aspx>

de desenvolvimento humano, no conjunto dos países com índice médio (0.488 e 0.669). No contexto africano, e no quadro dos países de desenvolvimento médio, o país perde para a Guiné Equatorial, Gabão, Botswana, Egípto, Namíbia, África do Sul, Marrocos, Maldivas.

Cabo Verde possui outros indicadores que poderão estar associados à sua graduação dos Países Menos Avançados (PMA) para Países de Desenvolvimento Médio (PDM). Um desses indicadores é a esperança média de vida dos cabo-verdianos que, em 2008, segundo o Documento de Estratégia de Redução da Pobreza, alcançaria 68,5 anos nos homens e 76,3 anos nas mulheres.

Os dados do INE, provenientes do Questionário Unificado dos Indicadores Básicos de Bem-Estar (QUIBB de 2006), indicam que a taxa de escolarização em Cabo Verde é de 78,7%, com uma vantagem dos homens em relação às mulheres, 86,5% e 71,9%, respectivamente.

### **2.2.1 Situação Macroeconómica**

Nos últimos anos, tem-se verificado um crescimento económico favorável em Cabo Verde. O Produto Interno Bruto (PIB) registou um crescimento médio de 5.7% no período 2000/05, 10.8% em 2006 e 6% em 2008<sup>5</sup>. O PIB per capita cresceu significativamente de \$2.080 USD, em 2000, para \$3.193 USD, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2010.

O crescimento tem sido instigado pelos sectores das telecomunicações, da construção civil e do turismo. O turismo tem sido o sector que mais cresceu nos últimos tempos. Entre 2002 e 2006 cresceu 26% (19.247 Milhões de Escudos). Em 2007, a contribuição do turismo para o PIB foi de 19.2%<sup>6</sup>, significando alguma dependência da economia do país no sector e, claro, como outros SIDS, aumentando a sua vulnerabilidade a choques externos.

### **2.3 Contexto Ambiental<sup>7</sup>**

O arquipélago de Cabo Verde é de origem vulcânica e encontra-se implantado sobre a zona Sudoeste da plataforma Senegalesa. Apresenta relevo acidentado, principalmente nas ilhas mais jovens, nomeadamente a ilha do Fogo, Santiago, Santo Antão e S. Nicolau, e relativamente plano nas ilhas mais antigas, como o Sal, a Boavista e a ilha do Maio.

O clima é do tipo subtropical seco, caracterizado por uma curta estação das chuvas, de Julho a Outubro, muitas vezes com chuvas torrenciais. A precipitação média anual, de 225 mm, tende a baixar desde a década de sessenta do século passado, com reflexos negativos nas condições de exploração agrícola e no abastecimento de água. Cerca de 20% da água de precipitação perde-se através de escoamento superficial, 13% infiltra-se, recarregando os aquíferos, e 67% evapora-se<sup>8</sup>.

---

<sup>5</sup> World Development Indicators database, April 2009

<sup>6</sup> Cabo Verde Master Plan do Turismo – Ministério da Economia Crescimento e Competitividade

<sup>7</sup> Maior parte dos dados provinientes da Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre a Biodiversidade

<sup>8</sup> National Adaptation Programme of Action on Climate Change (NAPA) - 2007

Segundo o Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos (INGRH), o balanço hidrológico do país mostra que somente 13 % das chuvas que caem sobre o arquipélago alimentam os aquíferos; os restantes dos 87 % das águas perdem-se sob forma de escoamento superficial e por evapotranspiração.

A mesma instituição revela ainda que os recursos hídricos subterrâneos estão estimados em 124 milhões de m<sup>3</sup>/ano. Deste total, a quantidade tecnicamente explorável é estimada em 65 milhões m<sup>3</sup>/ano, num ano de pluviometria regular, e em 44 milhões de m<sup>3</sup>/ano, nos períodos de seca. Os recursos em águas superficiais estão estimados numa média de 181 milhões m<sup>3</sup>/ano.

Os solos na sua grande maioria são pobres em matéria orgânica. Apenas 10% das terras emersas são potencialmente aráveis; destas, 95% vêm sendo ocupadas pela agricultura de sequeiro e os restantes 5% pela agricultura de regadio, segundo informações dos Planos Ambientais Intersectoriais (PAIS) do sector Ambiente e Agricultura, Silvicultura e Pecuária.

Da superfície ocupada pela agricultura, 26.164 ha correspondem às parcelas ocupadas com agricultura de sequeiro e 2.381 ha ocupadas pela agricultura de regadio. As culturas de regadio mais importantes situam-se nas ilhas de Santiago e Santo Antão com cerca de 41% e 53%, respectivamente, da superfície total<sup>9</sup>.

A biodiversidade de Cabo Verde é pouco conhecida e, portanto, considerada pobre, quando comparada com a dos outros arquipélagos da Macaronésia. A flora vascular de Cabo Verde está representada por 755 *taxa* espontâneos<sup>10</sup>. A acção humana teve sempre um grande impacto na biodiversidade das ilhas, especialmente na flora. O Livro Branco de Cabo Verde refere que mais de 50% da flora cabo-verdiana (331 *taxa*) foi, provavelmente, introduzida pelo homem. A flora indígena está representada por 224 espécies, das quais 85 são actualmente aceites como endémicas de Cabo Verde.

A diversidade biológica cabo-verdiana é constituída por diversos tipos de organismos vivos, nomeadamente algas, plantas, animais, líquenes e fungos. As plantas identificadas classificam-se em Angiospérmicas, Gimnospérmicas (apenas existem espécies introduzidas), Pteridófitas e Briófitas.

Os animais mais conhecidos representam as classes de vertebrados, sendo mais representativas as classes de peixes, aves e répteis. Os mamíferos e os anfíbios selvagens estão representados, no meio marinho, pelas baleias e pelos golfinhos e, no meio terrestre, por 1 espécie de macaco-verde (*Cercopithecus aethiops*), por 5 espécies de morcego e 1 espécie de sapo (*Bufo regularis*), todas introduzidas. Em relação aos invertebrados, merecem realce os recifes coralinos, os moluscos (gastrópodes, lamelibrânquios e cefalópodes), os crustáceos (camarões, caranguejos, percebes e lagostas) os artrópodes, representados pelos insectos, aracnídeos e crustáceos de

---

<sup>9</sup> Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre a Biodiversidade

<sup>10</sup> Duarte, 1998 – Citado no Livro Branco – Estado da Biodiversidade de Cabo Verde

água doce (todos extintos) e os moluscos extramarinhos de água doce e das zonas mais húmidas.

A flora indígena de Cabo Verde é formada por 224 espécies, das quais 85 são endémicas e as restantes são espécies espontâneas naturalizadas. Os endemismos estão representados por 85 espécies, pertencentes a 11 famílias e 17 géneros. A família com maior diversidade específica é a *Asteraceae* (compostas) com 10 espécies, entre as quais *Sonchus daltonii* Webb (Coroa-de-rei) e *Artemisia gorgonum* webb (Losna).

A fauna indígena de Cabo Verde engloba espécies de recifes de corais, moluscos (bivalves, gastrópodes e cefalópodes), artrópodes (insectos, crustáceos e aracnídeos), peixes (grandes pelágicos, pequenos pelágicos e demersais), répteis e aves e, provavelmente, algumas espécies de mamíferos marinhos.

A avifauna indígena está representada por 36 *taxa* (formas) que se reproduzem nas ilhas, estando esses *taxa* subdivididos em 6 espécies e 16 subespécies endémicas<sup>11</sup> totalizando 22 endemismos, ou seja, 58% do total da avifauna do território nacional. A fauna marinha possui um número muito reduzido de formas indígenas, sendo as esponjas, com 257 espécies e os corais, os animais marinhos com o maior número de representantes endémicos<sup>12</sup>.

As pressões que se exercem, directa ou indirectamente, sobre a biodiversidade terrestre e marinha são fundamentalmente de natureza antropogénica. A actuação humana sobre os recursos biológicos transforma-se em pressão, quando a exploração do recurso ultrapassa a sua capacidade de regeneração.

As pressões directas consistem na depredação da biodiversidade terrestre e marinha, para fins alimentares e/ou comerciais, e na colheita insustentável de materiais biológicos para fins científicos. As indirectas actuam sobre o substrato ou o *habitat* das espécies ou populações de espécies. Nota-se que em quase todo o arquipélago tem havido uma diminuição, em tamanho, das populações da diversidade vegetal e da cobertura vegetal.

O sobrepastoreio, a forte procura da lenha para necessidades domésticas, a colheita insustentável de materiais biológicos e a agricultura insustentável, especialmente nas zonas altas húmidas (onde se verifica uma maior diversidade de espécies – algumas endémicas), nos terrenos de declive acentuado, da ilha de Santiago, têm sido algumas das pressões que têm contribuído também para a extinção de certas espécies<sup>13</sup>.

---

11 Hazevoet, 1996 – Citado no Livro Branco – Estado da Biodiversidade de Cabo Verde

12 Soest, 1993 Citado no Livro Branco – Estado da Biodiversidade de Cabo Verde

13 Livro Branco – Estado da Biodiversidade de Cabo Verde

## 2.3.1 Desafios das Áreas Focais do GEF SGP

### 2.3.1.1 As Áreas Focais do GEF SGP<sup>14</sup>

As áreas focais do GEF, no quadro do SGP, são as seguintes: A biodiversidade, Mudanças Climáticas, Degradação de terras, Águas internacionais e Poluentes Orgânicos Persistentes. O GEF SGP neste momento encontra-se na quinta (5ª) fase operacional do ano um (1). Nesta fase, foram delineados vários objectivos e resultados que esta presente estratégia deverá considerar (ver anexo II e III).

#### a. Área focal da biodiversidade

Os projectos a serem financiados serão para apoiar ou promover a conservação, utilização e gestão sustentável da biodiversidade nos ecossistemas (inclusive agrobiodiversidade e sistemas agro-ecológicos), assim como aqueles que identificam e ajudam a eliminar as ameaças à biodiversidade<sup>15</sup>.

#### b. Área Focal das Mudanças Climáticas

Os projectos neste âmbito contribuirão para eliminar barreiras culturais, institucionais, técnicas e económicas e promoverão a divulgação de tecnologias favoráveis. Poderão envolver principalmente o reforço das capacidades locais, sensibilização do público para as alterações climáticas e energia, questões de conservação e eficiência, demonstração e difusão de tecnologias apropriadas.

#### c. Área Focal das Águas Internacionais

O SGP poderá financiar projectos às ONGS que trabalham em zonas transfronteiriças divididas por massas de água, cujos ecossistemas estejam ameaçados. As prioridades nesta área focal serão: a resolução dos problemas da poluição, degradação dos ecossistemas e as práticas insustentáveis de pesca.

#### d. Área Focal dos Poluentes Orgânicos Persistentes

As intervenções neste domínio deverão concentrar-se na informação, educação e em actividades prioritárias, delineadas na estratégia nacional dos POPs dos países, incluindo a demonstração de boas práticas / abordagens, actividades inovadoras e de replicação e aprimoramento das práticas de sucesso na redução e controle de POPs.

#### e. Área Focal da Degradação de Terras

---

<sup>14</sup> [http://sgp.undp.org/index.cfm?module=ActiveWeb&page=WebPage&s=focal\\_areas](http://sgp.undp.org/index.cfm?module=ActiveWeb&page=WebPage&s=focal_areas)

<sup>15</sup> Apesar de se apresentar algumas noções gerais neste item, sugerimos consultar especificamente o item das áreas temáticas a serem seguidas, assim como as orientações de elaboração e envio de propostas de projectos

O objectivo é de apoiar projectos que consigam atenuar as causas da degradação da terra e os seus impactos negativos no ecossistema. Entre os problemas prioritários a serem considerados neste âmbito estão as práticas agrícolas insustentáveis, sobrepastoreio e desmatamento.

### **2.3.1.2 Os Desafios em Cabo Verde**

Em Cabo Verde, conhecem-se as consequências negativas da destruição de determinados habitats e ecossistemas. As práticas agrícolas insustentáveis e actividades afins, nas zonas de maiores altitudes onde os solos apresentam maiores potencialidades agrícolas, muito têm contribuído neste âmbito.

Com efeito, verifica-se em todos os documentos estratégicos e planos ambientais do Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos (MADRRM) que os principais problemas advêm de uma “gestão inadequada de recursos naturais nos meios rural, urbano e peri-urbano, causados pela economia de consumo, liberalizada sem as adequadas mudanças sociais e económicas, pela pobreza e, provavelmente, as mudanças climáticas, afectando a população das zonas rurais, funcionando esta última como causa e efeito de degradação ambiental”<sup>16</sup>.

#### **a. Biodiversidade**

A Estratégia Nacional e Plano de Acção para a Biodiversidade, assim como o Plano Nacional de Acção para o Ambiente (PANA II), dois documentos básicos da política ambiental no país, assim como indicadores do estado da biodiversidade fundamentam que a prática da agricultura insustentável, especialmente nas encostas de declive acentuado, a utilização da madeira como lenha e o pastoreio intensivo têm contribuído significativamente para a destruição da cobertura vegetal das ilhas.

As zonas montanhosas do arquipélago são os locais onde a vegetação sofre as maiores pressões. Isto, devido à criação de novos espaços para a agricultura de sequeiro e, por vezes, à introdução de espécies exóticas.

Os inventários até então realizados indicam categoricamente uma forte tendência para a degradação da cobertura de vegetação natural em todo o arquipélago, com especial incidência nas ilhas mais montanhosas, especificamente nas zonas de maior altitude (índices pluviométricos maiores).

Neste sentido, tanto a agricultura insustentável e, conseqüentemente, a destruição de habitats, as práticas de pastoreio intensivo ou o sobrepastoreio ameaçam uma vasta lista de espécies vegetais em zonas consideradas chaves. Os problemas poderão resumir-se nos seguintes:

---

<sup>16</sup> PANA II

- Degradação de solos nas áreas rurais;
- Métodos insustentáveis de utilização da água;
- Diminuição e/ou extinção das espécies animais e vegetais, actualmente consideradas em perigo crítico (perda da biodiversidade);
- Diminuição das populações das espécies, consideradas vulneráveis;
- Algumas pragas de doenças na agricultura;
- Destruição total da maior parte dos ecossistemas das zonas de maior altitude e alguns ecossistemas das zonas litorais.

No ambiente marinho e costeiro as pressões também têm vindo a aumentar, em parte devido ao crescimento dos centros urbanos e, conseqüentemente, à procura de certos recursos marinhos. Dados do Instituto Nacional do Desenvolvimento das Pescas (INDP) e os princípios gerais que definem a utilização dos recursos haliêuticos indicam uma diminuição de certos recursos, como a Cavala Preta (*Decapterus macarellus*), Olho Largo ou Chicharro (*Selar crumenophthalmus*), assim como lagostas, entre outros.

Também enumeram um aumento no esforço da pesca, destruição de habitats, assim como pressões em espécies marinhas como aves, tartarugas e outras espécies de importância para o ecossistema marinho. Para o ambiente marinho pode-se enumerar os seguintes problemas:

- Ausência de mecanismos intersectoriais para uma fiscalização coordenada das actividades de exploração, venda e consumo de recursos;
- Limitações no tratamento de águas residuais, o que poderá aumentar os níveis de fosfatos (PO<sub>3</sub>-) e de nitratos (NO<sub>2</sub>) que são normalmente elevados e podem causar efeitos significativos nos habitats marinhos;
- Destruição de habitats (extracção de areia nas praias);
- Produtos químicos sintéticos e orgânicos, tais como pesticidas, e produtos químicos industriais que impedem a fotossíntese e a movimentação dos plânctons;
- Ausência de um programa de comunicação e sensibilização sobre os recursos do mar;
- Sobreposição de competências institucionais na gestão dos recursos marinhos e costeiros;
- Falta de coerência na elaboração e implementação de políticas de domínio marinho, costeiro e social.

#### b. Mudanças Climáticas

Assim como outros SIDS (*Small Island Development States*), Cabo Verde é vulnerável às mudanças climáticas e não possui ainda capacidades suficientes para se adaptar às referidas mudanças. Possui características peculiares, como pequenas áreas emersas, infra-estruturas inadequadas, relativamente pobres em recursos naturais, como água e terras cultiváveis, por exemplo.

O Programa Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas (NAPA) revela-nos que existem modelos que sugerem uma previsão de aumento da temperatura em 4<sup>o</sup> C e uma diminuição em 20% das chuvas, em 2100, causados pela emissão de gases de efeito estufa.

Num horizonte de 20 ou 30 anos, poderemos ser afectados pela falta de chuvas ou excesso delas, aumento de temperaturas, podendo afectar significativamente a agricultura, o turismo, a pesca, a própria segurança alimentar e, efectivamente, a economia do arquipélago. Tudo isto poderá colocar em perigo os ganhos até então alcançados e colocar em risco as populações, tanto no interior das ilhas, como na zona costeira, onde reside a maioria dos cabo-verdianos.

Os problemas relacionados com as mudanças climáticas no nosso arquipélago estão relacionados com a nossa vulnerabilidade, capacidade de adaptação, falta de promoção de tecnologias adaptativas e ineficiência na implementação de acções intersectoriais.

Neste âmbito, a curto prazo, chuvas torrenciais, enxurradas, secas, aumento de temperatura aliada à perda da biodiversidade, poluição, a degradação de solos, a perda de solos agrícolas, a extracção de areia e a ocupação costeira inadequada poderão causar impactos negativos na vida das populações e na própria economia do país.

#### c. Degradação de Terras

A degradação das terras ligada à desertificação é uma realidade em Cabo Verde. Nas ilhas montanhosas, principalmente nas zonas altas e húmidas, como Santiago, Santo Antão e São Nicolau, o impacto da degradação de terras faz-se com maior intensidade. Isto devido não só à perda da cobertura vegetal, como também às práticas agrícolas inadequadas. Noutras ilhas, como Sal, Boavista e Maio, a desertificação, combinada com as chuvas torrenciais e a erosão do solo têm agravado a situação.

Os fenómenos acima indicados são exacerbados pela conjugação e articulação de factores agravantes<sup>17</sup>:

- A pressão da população em rápido crescimento, necessidades de lenha, o que causa um desmatamento excessivo;
- O sobrepastoreio, em especial por caprinos, no ecossistema árido e particularmente frágil;
- O uso inadequado da terra para a agricultura, caracterizada por excessivas facilidades de desmatamento e cultivo de encostas íngremes.

Em certos casos, em Cabo Verde, a desertificação poderá estar ligada à pobreza no meio rural, como um fenómeno que poderá contribuir para a degradação de terras e, ao mesmo tempo, uma consequência do mesmo. Muitas vezes, o efeito da pobreza e a falta de conhecimentos afectam com maior rapidez as populações que dependem do recurso ou das condições

---

<sup>17</sup> Programa de Acção Nacional para a Luta com a Desertificação

ambientais directas. Neste sentido, o Programa de Acção Nacional para a Luta Contra a Desertificação considera que os principais efeitos da desertificação são os seguintes:

- Escassez de água, tanto para consumo (humano e animal) como para a rega;
- Intrusão salina e salinização de solos;
- Erosão e perda de terras cultiváveis;
- Diminuição da produção de lenha para consumo;
- Segurança alimentar.

d. Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs)

Os POPs são produtos químicos que podem ser encontrados no ambiente, podendo acumular-se nos tecidos graxos dos organismos vivos e transferidos a outros seres pela cadeia alimentar.

Os Bifenóis Policlorados PCBs fazem parte de um grupo de 12 poluentes Orgânicos Persistentes (POPs) prioritários, objecto da Convenção de Estocolmo<sup>18</sup>. As dioxinas, um outro elemento do grupo dos POPs, são subprodutos que podem resultar de processos industriais.

As emissões industriais de dioxina para o ambiente podem ser transportadas a longas distâncias na atmosfera e nos mares. O Inventário Nacional de Emissão de Dioxinas e Furanos evidencia que «mesmo que a produção cesse hoje completamente, os níveis ambientais levarão anos para diminuir». Isto ocorre porque as dioxinas são persistentes, levam de anos a séculos para degradarem-se e podem ser continuamente recicladas no ambiente.

É uma realidade a relação negativa entre os POPs e a saúde humana, por serem tóxicos, perigosos e devido ao seu potencial bioacumulador. A exposição humana às dioxinas é originada quase que exclusivamente pela ingestão de alimentos de origem animal; «a contaminação via alimentos de origem vegetal é normalmente insignificante», segundo o Inventário Nacional de Emissão de Dioxinas e Furanos.

Segundo a Avaliação do Impacto Socioeconómico e Ambiental dos Poluentes Orgânicos Persistentes, realizada em 2008, “nenhum pesticida contendo POP’s está a ser utilizado em Cabo Verde, e as substâncias químicas pesticidas registadas como POP’s, nomeadamente o DDT e Aldrine, teriam sido utilizadas em CV há mais de 50 anos para uso agrícola”.

Entretanto, verificou-se, em 2004, que em certas explorações agrícolas de regadio, no arquipélago, eram utilizados pesticidas e que, às vezes, as próprias autoridades autorizam a sua utilização para efeitos de saúde pública.

Os impactos da utilização reflectem-se na saúde humana, principalmente nos manuseadores agrícolas, no caso de Cabo Verde, especificamente. Casos isolados de intoxicação nas ilhas foram atribuídos ao uso de pesticidas.

---

<sup>18</sup> Inventário Nacional sobre os Poluentes Organicos Persistentes - PCBs

A poluição dos lençóis freáticos, um dos “mais sérios impactes em termos imediatos na saúde pública e no ambiente”, é provocada “pelas águas lixiviadas provenientes de lixeiras ou de aterros mal geridos, assim como os gases provenientes da queima de resíduos em lixeiras”.<sup>19</sup>

Há que considerar ainda os impactos resultantes do aumento do consumo humano e gestão inadequada dos resíduos sólidos, tanto pela queima, como pelo processo do aterro que, de uma forma ou de outra, poderão comprometer o bem-estar das populações futuras.

O quadro exposto requer uma mudança de atitude tanto dos actores, no sentido de procurarem uma forma de gestão adequada aos riscos inerentes, assim como uma participação forte no processo de informação e controlo efectivo de utilização, mesmo que esporádica, dos POPs.

### **2.3.2 Prioridades da Fase Operacional 5 do GEF SGP e das Políticas Nacionais**

As respostas aos desafios nos domínios acima citados, na sua grande maioria, têm sido através de políticas e estratégias nacionais, como o PANA II, Estratégia da Biodiversidade e o NAPA, entre outros, espelhadas nas problemáticas nacionais e respondendo aos compromissos de Cabo Verde face às Convenções Internacionais GEF.

As prioridades definidas são resultados de análises das políticas e desafios presentes e que deverão ser abordadas, em tempo hábil, nos diferentes níveis das estratégias e/ou planos nacionais, no âmbito dos acordos GEF. A lista em anexo IV indica sucintamente as prioridades das estratégias ou planos nacionais nos âmbitos das áreas focais do GEF SGP.

#### ***Visão ambiental***

*Uma sociedade consciente do papel e dos desafios do ambiente, para um desenvolvimento económico e social sustentável, e consciente das suas responsabilidades relativamente às gerações futuras e determinada a utilizar os recursos naturais de maneira durável<sup>20</sup>*

### **2.3.3 As convenções Protocoladas por Cabo Verde no Domínio do GEF**

Cabo Verde tem participado activamente na implementação de muitos acordos e convenções de conservação e gestão dos recursos naturais, desde a sua independência a 5 de Julho de 1975. Desde os anos 90, tem fortalecido a sua participação nas discussões no foro da conservação internacional, o que culminou com a ratificação de todas as convenções relacionadas com as Áreas Focais do GEF SGP. No anexo V deste documento poder-se-á encontrar as principais convenções, os Ministérios responsáveis, instituições e implementação.

---

<sup>19</sup> Avaliação do Impacto Socio-económico e Ambiental dos Poluentes Orgânicos Persistentes

<sup>20</sup> PANA II

## 2.4 Quadro Legal e Institucional

Um dos objectivos da legislação é fazer com que ela se articule com a política em vigor num determinado país e em Cabo Verde o mesmo não tem sido excepção. Em Cabo Verde, a política ambiental e o desenvolvimento sustentável foram formulados a partir da Constituição da República, legislação ambiental relevante, como por exemplo a Lei de Bases do Ambiente.

A Constituição da República de Cabo Verde, no Título I, Artigo 7<sup>o</sup> da alínea k, estabelece que se deve “Proteger a paisagem, a natureza, os recursos naturais e o meio ambiente, bem como o património histórico-cultural e artístico nacional”. No Capítulo III, Artigo 72<sup>o</sup> (Direito ao Ambiente), “Todos têm direito a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender e o valorizar”<sup>21</sup>.

A Constituição ainda confere poderes públicos para elaborarem e executarem políticas de “preservação do ambiente e de aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e estabilidade ecológica”. Vai mais além ainda e descreve que os poderes públicos devem “promover a educação ambiental, o respeito pelos valores do ambiente, e luta contra a desertificação e os efeitos da seca.”<sup>22</sup>

O quadro legal nacional ambiental comporta várias leis, desde a conservação e gestão de certos recursos marinhos, protecção contra resíduos poluentes, conservação dos solos, aves, répteis, e a vegetação. Ainda assim, perduram muitos problemas e desafios enumerados nos documentos estratégicos, nomeadamente:

- Limitações nas capacidade das instituições em implementarem políticas e ou legislação ambientais;
- Implementação da lei de Estudos de Impacte Ambiental (EIA);
- Fiscalização e controle na gestão e conservação dos recursos;
- Coordenação interinstitucional na fiscalização ambiental;
- Operacionalidade da rede das áreas protegidas de Cabo Verde;
- Limitações na implementação de medidas de adaptação às mudanças climáticas.

O ministério responsável pelo sector do ambiente é o Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos. O MADRRM recebe directrizes tanto das políticas do governo, da própria Constituição da República, como da própria legislação regulamentada vigente.

A integração institucional das questões relacionadas com o ambiente é feita através das Direcções e Institutos que compõem o quadro da administração e implementação das políticas nacionais ambientais.

---

21 Constituição da Republica de Cabo Verde

22 Constituição da Republica de Cabo Verde

No sector das pescas, as instituições responsáveis são o Instituto Nacional do Desenvolvimento das Pescas (INDP) e a Direcção Geral das Pescas (DGP). No sector geral do ambiente, agricultura, pecuária, silvicultura e pecuária, as responsabilidades são partilhadas pelo Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário (INIDA), Direcção Geral do Ambiente (DGA) e a Direcção Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária (DGASP), Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos (INGRH), e Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INMG). Estes são auxiliados, a nível local, pelas Delegações em cada município.

A gestão ambiental nacional foi parcialmente descentralizada a partir do início da implementação do PANA II, com os municípios a elaborarem e implementarem os próprios Planos Ambientais Municipais (PAM), em concertação com as Delegações dos Ministérios locais, a sociedade civil e a própria DGA.

## **2.5 A Sociedade Civil**

As Organizações da Sociedade Civil (OSC) em Cabo Verde variam entre grupos criados nos bairros, associações comunitárias, organizações não governamentais, cooperativas, fundações e grupos profissionais. Estes grupos são motivados, regra geral, tanto pelo espírito de solidariedade em relação ao ambiente, como aos desfavorecidos em casos específicos.

Torna-se evidente, no entanto, que muitas das OSC, apesar da motivação e espírito de solidariedade, carecem muitas vezes de oportunidades de mobilização de recursos e capacidades para melhor desenvolverem as suas actividades. Por outro lado, também existem factores, nomeadamente de limitações de organização interna das mesmas, de forma a poderem responder às oportunidades e desafios, como a boa governação no âmbito das OSC.

A vocação das OSC varia das que actuam no ambiente, ao desenvolvimento comunitário, promoção feminina, promoção juvenil, apoio aos portadores de deficiência, defesas dos direitos humanos, defesa das crianças, etc.

Existem outras, que por causa da sua experiência e falta de organizações que actuam em certas áreas, desenvolveram estilos criativos e polivalentes de actuação, variando desde o desenvolvimento comunitário, domínios de saúde, formação profissional, actividades geradoras de rendimento e protecção ambiental, como por exemplo, o Atelier Mar, ADAD e a Plataforma das Organizações não Governamentais<sup>23</sup>.

A Plataforma das ONGs foi criada em 1996. Surgiu “de um dinâmico processo de organização e participação da Sociedade Civil que teve como referências principais a Independência do país em 1975, a publicação da lei das associações em 1987 e a abertura política em 1991»<sup>24</sup>.

---

<sup>23</sup> Reflexão sobre a Questão do Voluntariado Nacional no Processo de Desenvolvimento – In <http://www.platongs.org.cv>

<sup>24</sup> <http://www.platongs.org.cv/>

Com o propósito de se criar mais um espaço de comunicação e de consolidar a concertação no âmbito das estruturas da sociedade civil, é que a Plataforma se emerge, objectivando, entre outros, representar as ONGs filiadas, contribuir para o reforço da concertação e troca de experiências, promover o conhecimento mútuo e melhorar as capacidades dos seus membros.<sup>25</sup>

A nível local, a Organização das Associações dos Agricultores do Interior da Ilha de Santiago (OASIS), assim com a Organização das Associações para o Desenvolvimento Integrado de Santo Antão (OADISA) aparecem como plataformas das associações comunitárias, representando um significativo número de associações do interior de Santiago e Santo Antão, respectivamente.

As OSC estão sediadas por todo o arquipélago, com destaque para as ilhas de Santiago e de São Vicente. A maioria intervém na sua ilha ou Concelho de origem, havendo algumas, como a Plataforma das ONGs, a Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV), a Cruz Vermelha, o Atelier Mar, a Cáritas, os Amigos da Natureza, Morabi, VERDEFAM e a ADAD, entre outras, que actuam a nível local ou mesmo nacional.

“Espaços mais alargados de participação e de concertação para que o cidadão seja mais envolvido na gestão directa de interesses colectivos nas várias esferas de intervenção económica, cultural e cívica, forma privilegiada dos jovens, mulheres e operadores económicos, agentes culturais e desportivos e agentes do desenvolvimento comunitário exercerem o quotidiano da democracia e cidadania” são ecos de algumas políticas nacionais, neste caso específico, a Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza II.

No contexto da participação da sociedade civil na gestão ambiental, citamos:

*“Para a declaração de uma área protegida deve ser aberto um processo de participação cívica, no qual são informadas e implicadas as populações da área envolvente e suas associações, se existirem, os municípios e as organizações não governamentais que se dedicam à protecção do ambiente.”*<sup>26</sup>

Apesar de ter aumentado o número das OSC, não significa que os impactos têm sido proporcionais. Algumas oportunidades foram criadas para que as OSC tivessem o apoio necessário para desenvolver as suas acções, porém, muitos ainda carecem de capacidades para aceder a estes apoios, como também muitos dos meios não foram descentralizados de forma a favorecerem as organizações no resto do arquipélago.

---

<sup>25</sup> <http://www.platongs.org.cv/>

<sup>26</sup> Capítulo II, artigo 10 do Decreto-Lei 3/2003, de 24 de Fevereiro de 2003

## 2.6 Estratégias de Redução da Pobreza e a Pobreza

Uma das metas que Cabo Verde pretende atingir face à pobreza extrema, assumida nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), é o de retirar 47, 000 habitantes do arquipélago da pobreza extrema. O Programa de Luta Contra a Pobreza no Meio Rural (PLPR) e o Documento da Estratégia da Redução da Pobreza (DECRP) deverão significativamente contribuir para este objectivo.

Dados do Banco Mundial, INE e do DECRP II indicam que houve uma redução da pobreza de 49%, em 1988-89, para 37% em 2001-02 e para 27% em 2007<sup>27</sup>. Informações do QUIBB, em 2006, mostravam que a população pobre era de 37% e a muito pobre era de 20%. O QUIBB esclarece ainda que destes, 51,4% e 54%, respectivamente, eram homens e mulheres.

“No que respeita aos agregados familiares, 28% são pobres, sendo 26% chefiados por 31% por mulheres”.<sup>28</sup> Dados do Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF 2001/2002), revelaram ainda que a pobreza tem maior incidência no meio rural (51%), e com maior destaque nas ilhas de Santo Antão e Fogo, conforme nos indica o quadro abaixo<sup>29</sup>.

**Quadro 2: Incidência da Pobreza segundo ilha e meio de residência (%)**

ILHA	Incidência da Pobreza
S. Antão	54,2
S. Vicente	25,5
S. Nicolau	40,2
Sal	12,9
Boa Vista	14,9
Maio	38,1
Santiago	37,1
Fogo	42,1
Brava	41,3
Urbano	25,0
Rural	51,1
Total	36,7

**Fonte:** Avaliação do Impacto Socioeconómico e Ambiental dos Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs)

<sup>27</sup>[http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/COUNTRIES/AFRICAEXT/CAPE\\_VERDEEXTN/0,,menuPK:349633~pagePK:141132~piPK:141107~theSitePK:349623,00.html](http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/COUNTRIES/AFRICAEXT/CAPE_VERDEEXTN/0,,menuPK:349633~pagePK:141132~piPK:141107~theSitePK:349623,00.html) e

Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza II

<sup>28</sup> Plano Nacional para a Igualdade e a Equidade de Género

<sup>29</sup> Avaliação do Impacto Socioeconómico e Ambiental dos POPs

No entanto, a percepção do que é ser pobre em Cabo Verde tem uma proporção muito maior. Cerca de 78% (87% nas zonas rurais e 68,4% nas zonas urbanas) consideram ser pobres. Os critérios de análise e avaliação da pobreza parecem ser díspares entre as instituições e a própria população, que considera que o facto de “não ter comida (32%), a falta de dinheiro para cobrir as necessidades básicas (70,3%) e a educação (47,8%) são os elementos mais referenciados em critérios de definição de ser pobre”<sup>30</sup>.

## 2.7 O Género

Cabo Verde ratificou os princípios do Plano de Acção da Conferência Internacional sobre População, de Cairo (1994), e da Plataforma de Acção adoptada na IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, ambos considerados “mecanismos para a promoção da igualdade entre os sexos”<sup>31</sup>.

As políticas de Cabo Verde também encontram-se em sintonia com instrumentos a nível sub-regional da Comunidade Económica dos Estados de África do Oeste (CEDEAO), assim como o objectivo 3 do Desenvolvimento do Milénio que visa “Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres”.

A elaboração do Plano Nacional para a Igualdade e Equidade de Género (PNIEG), que tem por objectivo melhorar as relações de poder, assim como mudanças de atitudes face à discriminação da mulher, e a Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza são instrumentos “multissetoriais de planificação e de promoção da cidadania, o que poderá contribuir para reduzir as desigualdades entre os sexos”<sup>32</sup>.

## 2.8 Os doadores em Cabo Verde

A partir de 2008, altura em que Cabo Verde graduou para PDM, a cooperação internacional bilateral e multilateral tem seguido o modelo de «Apoio Orçamental». Se por um lado o país viu-se privilegiado com um novo formato de cooperação, por outro, no quadro dos projectos de desenvolvimento directamente via sociedade civil, os projectos têm diminuído significativamente.

Como o anexo VI nos indica, os parceiros preferem apoiar o país, na maior parte das vezes, no âmbito do apoio orçamental, mesmo aqueles que se inserem na área do ambiente. Paralelamente ao apoio orçamental, países como a Espanha, Portugal e Luxemburgo muito têm contribuído na conservação da biodiversidade e áreas afins. É no domínio do ambiente, no entanto, que o GEF se destaca como um dos maiores parceiros de Cabo Verde, especificamente na área da conservação da biodiversidade e mudanças climáticas.

---

30 Plano Nacional para a Igualdade e a Equidade de Género

31 Documento da Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza

32 Documento da Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza

### **3. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS**

#### **3.1 Nicho do Programa e Prioridades**

O nicho do programa ou as áreas prioritárias onde o SGP poderá vir a actuar em Cabo Verde foi estabelecido após consultas com actores chaves, análise de bibliografia apropriada, assim como discussões entre os membros do Comité Nacional de Pilotagem.

Os contactos informativos e de discussão com instituições do governo, assim como outros actores chaves, apontaram-nos para que houvesse uma abordagem específica e concisa em certas ilhas, tendo em conta as prioridades nacionais. A análise das políticas nacionais e as recomendações do Comité Nacional de Pilotagem vieram a confirmar que seria então necessário concentrar-nos em certas áreas geográficas do país.

As políticas nacionais, evidenciadas em documentos informativos, entre outros, o Plano de Acção Nacional para o Ambiente, Estratégia Nacional de Conservação da Biodiversidade, 4<sup>o</sup> Relatório do Estado da Biodiversidade, Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza – II Programa de Acção Nacional para a Luta Contra a Desertificação, Plano de gestão dos recursos haliêuticos, indicaram várias prioridades como nos mostram os quadros do Anexo IV.

Foram realizados sete (7) ateliês de consulta, discussão de problemas e prioridades com ONGs, Associações de base e comunidades locais, com o objectivo de informar e recolher subsídios que ajudariam a delinear melhor as prioridades do programa.

Foi realizado ainda um encontro de discussão e de alinhamento dos objectivos do GEF SGP da fase operacional 5 com os objectivos a nível nacional. O referido encontro contou com a participação do Comité Nacional de Pilotagem, Delegada do Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos de Tarrafal, ilha de Santiago, e organizações proponentes do programa.

Através de uma análise participativa, os problemas foram transformados em possíveis soluções e estas foram então priorizadas, como nos mostram os quadros I, II e III.

**Quadro 3 – Prioridades das ONGs da ilha de Santo Antão**

<b>Prioridades</b>	<b>Prioridades eminentes</b>	<b>Prováveis áreas temáticas</b>
Combate à erosão e conservação de solos Medidas de conservação do solo Reflorestação de encostas Recolha e conservação de pasto Técnicas de conservação e armazenamento de pasto Combate ao desmatamento e apoio à reflorestação	Medidas de conservação do solo (combate à erosão) Reflorestação de encostas	- Agricultura sustentável - Gestão racional dos recursos hídricos - Utilização de energias renováveis na agricultura e pecuária
Rentabilidade da água Medidas de conservação de água Utilização da água para rega	Utilização racional da água	- Gestão integrada de solos agrícolas - Promoção da agricultura orgânica
Combate à utilização abusiva de pesticidas e herbicidas	Combate à utilização abusiva de pesticidas e herbicidas	- Conservação dos recursos marinhos
Protecção dos recursos marinhos		- Medidas de contenção da erosão via reflorestação de perímetros florestais e encostas
Manutenção de perímetros florestais Reflorestação de Encostas Substituição da acácia americana por outras espécies Diversificação de culturas		- Combate a pragas via medidas racionais e biológicas

**Quadro 4 – Prioridades das ONGs de São Vicente, incluindo Santa Luzia, Ilhéus Branco e Raso**

<b>Prioridades</b>	<b>Prioridades eminentes</b>	<b>Prováveis áreas temáticas</b>
Conservação do solo	Conservação do Solo	- Promoção das energias renováveis - Utilização racional dos recursos haliêuticos
Utilização racional de energia	Utilização racional de energia	
Combate à poluição marinha Aprendizagem de técnicas de combate a pragas		- Gestão costeira
Conservação de aves marinhas Conservação de tartarugas marinhas Pesca sustentável e Actividades Geradoras de Rendimento	Pesca sustentável e Actividades Geradoras de Rendimento	- Medidas de contenção da erosão - Conservação dos recursos marinhos
Conservação da orla costeira Educação ambiental	Conservação da orla costeira	

**Quadro 5 – Prioridades das ONGs do interior da ilha de Santiago**

<b>Prioridades</b>	<b>Prioridades eminentes</b>	<b>Prováveis áreas temáticas</b>
Medidas de contenção da erosão Criar alternativas para actores inseridos na extracção ilegal de inertes Medidas contra a erosão	Medidas de contenção da erosão	- Agricultura sustentável - Gestão racional dos recursos hídricos - Utilização de energias renováveis na agricultura e pecuária - Gestão integrada de solos agrícolas - Promoção da agricultura orgânica - Medidas de contenção da erosão via reflorestação de perímetros florestais e encostas - Combate a pragas via medidas racionais e biológicas
Utilização sustentável da água Gestão e armazenamento de água para rega Infra-estruturas para retenção de água e sua utilização sustentável Sensibilizar os actores para a implementação de boas práticas de utilização de água	Utilização sustentável da água Gestão e armazenamento de água para rega Infra-estruturas para retenção de água e sua utilização sustentável Sensibilizar os actores para a implementação de boas práticas de utilização de água	
Medidas racionais de contenção de pragas Diminuir a queima de resíduos		
Conservação da biodiversidade terrestre Utilização racional dos recursos florestais Lançamento de variedades de sementes	Utilização racional dos recursos florestais	
Introdução de árvores fruteiras Melhoramento de raças Diversificação de culturas		

Duas sessões de análise e discussão com o Comité Nacional de Pilotagem foram realizadas com o apoio de uma observadora (área da biodiversidade), onde se identificou vários problemas ambientais do país, a partir da análise documental e inputs das sessões de trabalho com as associações de base e comunidades locais. Os principais foram:

- Degradação ou perda de solo agrícola;
- Deflorestação de encostas;
- Capacidades de recolha e armazenamento de água para rega;
- Utilização insustentável da água para rega;
- Falta de capacidades e informações na utilização de energias renováveis;
- Utilização abusiva de pesticidas e herbicidas;
- Perda de biodiversidade marinha e terrestre em locais chaves como as áreas protegidas, zonas costeira e outras áreas sensíveis; e
- Perda ou degradação de habitats chaves e de importância mundial.

Para uma melhor compreensão dos problemas, foi também efectuada uma análise dos actores no âmbito do GEF SGP (quadro em anexo IX), o que permitiu enquadrar melhor os problemas, assim como ter uma visão abrangente sobre as prioridades a nível nacional.

Todas as linhas possíveis de acção do programa, e prioridades propostas foram então socializadas com organizações no terreno, assim como instituições no domínio ambiental para validação.

As prioridades da Estratégia do Programa do País ficaram definidas, por consenso, a problemas relacionados com a agricultura e perda da biodiversidade e respectivos habitats. Foram eleitas como sendo temáticas prioritárias a serem seguidas as seguintes:

- 1. Espécies e Habitats em Perigo** – abrangendo as áreas protegidas do país zonas de amortecimento, e zonas adjacentes, em especial as operacionais e as que se encontram em processo de acções ou projectos. Também serão abrangidas zonas de interesse comunitário zonas costeiras e zonas sensíveis, nomeadamente as zonas húmidas. As intervenções serão no âmbito da boa governação das áreas protegidas, conservação de espécies marinhas e costeiras, nomeadamente tartarugas marinhas, aves, habitats das zonas costeiras e húmidas, e utilização sustentável (promovendo o papel das mulheres e geração de rendimento) dos recursos das referidas áreas.
- 2. Gestão Integrada e Sustentável dos Recursos da Terra** – abrangendo as áreas protegidas, zonas de amortecimento, e zonas adjacentes, zonas de especial interesse comunitário, zonas altas, húmidas e íngremes, com prioridades para as ilhas de Santo Antão, Fogo, São Nicolau, Maio e Santiago. O SGP promoverá projectos nas áreas de conservação e gestão do solo para a agricultura (medidas de contenção da erosão), uso e gestão integrada dos recursos hídricos e redução de utilização de pesticidas e herbicidas.

As duas áreas escolhidas também integrarão temas transversais, nomeadamente a redução da pobreza (aumento de renda de beneficiários dos projectos), igualdade de género, fortalecimento das capacidades dos intervenientes e a informação, educação e sensibilização.

### **3.2 Impactos, objectivos, Resultados da Estratégia de Programa do País**

Para determinar os objectivos e resultados do programa, o Comité Nacional de Pilotagem utilizou o método do modelo conceptual (ver anexo X) que proporcionou uma melhor visão sobre as ameaças directas e indirectas aos temas prioritários. As ameaças directas e indirectas, após serem priorizadas e reformuladas «positivamente», foram então transformadas em objectivos específicos e resultados, como nos elucidam os quadros 6 e 7.

**Quadro 6 – Objectivos e Resultados das Espécies e Habitats em Perigo<sup>33</sup>**

Área Temática	Impacto	Objectivos	Resultados
<b>Espécies e Habitats em Perigo</b>	Diminuída a perda de espécies e habitats chaves, nomeadamente tartarugas marinhas, aves marinhas, praias de nidificação de tartarugas, e comunidades de coral nas áreas geográficas do programa	Promover e reforçar a sustentabilidade das áreas protegidas através de acções das ONGs e Associações Comunitárias	Actores locais participam em iniciativas de gestão partilhada de recursos nas áreas protegidas até 2014  Comunidades locais capacitadas e sensibilizadas sobre a utilização racional dos recursos, e benefícios das áreas protegidas até 2014
		Dinamizar acções que propiciem a integração da conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos naturais nos sectores produtivos	Medidas de conservação de aves, tartarugas marinhas, e outras espécies em perigo nas áreas protegidas e ou zonas costeiras sensíveis são implementadas até 2014  Projectos favoráveis à gestão durável dos recursos são implementados nas zonas do programa até 2014  Acções que geram rendimento e que promovem a utilização sustentável dos recursos naturais são promovidas e implementadas essencialmente por mulheres nas zonas do programa até 2014

<sup>33</sup> Quadros lógicos completos em anexo

**Quadro 7 – Objectivos e Resultados da Gestão Integrada e Sustentável dos recursos da Terra**

Área Temática	Impacto	Objectivos	Resultados
<b>Gestão Integrada e Sustentável dos Recursos da Terra</b>	Abordagens integradas para combater a degradação dos solos, particularmente para a agricultura sustentável são implementadas com sucesso nas áreas geográficas seleccionadas.	Promover meios eficazes de captação, de armazenamento, e de gestão sustentável dos recursos hídricos	Acções eficazes de captação, armazenamento, e distribuição de água são promovidas e implementadas nas áreas do programa até 2014
			Culturas resistentes ao stress hídrico são promovidas e impulsionadas por agricultores
			Mecanismos de adaptação a escassez de água ou stress hídrico são implementados
		Catalisar a implementação de tecnologias que proporcionam a resiliência climática nas comunidades locais	Energias renováveis são utilizadas para a mobilização da água e para promoverem uma melhor gestão dos recursos nas áreas geográficas do programa até 2014
		Estimular a implementação de medidas contra a desertificação ou degradação de terras, e mitigar os efeitos da seca nas zonas do programa através de iniciativas comunitárias	Medidas biológicas e mecânicas de contenção da erosão são implementadas pelas comunidades locais em concertação com instituições do domínio
			Diversificação de culturas e práticas agrícolas adaptadas as zonas de declive acentuado de modo a favorecerem uma melhor gestão dos solos
			Actores locais implementam medidas de contenção à salinização dos solos, e à erosão costeira
		Fomentar a implementação de iniciativas integradas de combate e gestão, a fertilidade dos solos às doenças e pragas de modo a diminuir a contaminação no ambiente	Comunidades locais utilizam produtos não poluentes ou biológicos no combate a doenças ou pragas
Actores locais accionam produção agrícola orgânica em zonas seleccionadas			

**Quadro 8 – Objectivos e Resultados Transversais ao Programa**

Área Temática	Impacto	Objectivos	Resultados
<b>Reforço de capacidades e comunicação</b>	Actores não governamentais capacitados e engajados para melhor responderem aos desafios ambientais nacionais e do GEF	Reforçar as capacidades dos actores não governamentais em matéria de engajamento e gestão de informações ambientais, a fim de melhor responderem aos desafios pertinentes as prioridades nacionais, e convenções do GEF	<p>Rede de projectos GEF SGP é criada e suas capacidades reforçadas até 2014</p> <p>Comité Nacional de Pilotagem (CNP) engajado no acompanhamento dos projectos do SGP e outros processos do GEF até 2014</p> <p>Lições do programa são sistematizadas, documentadas, e divulgadas até o final da fase operacional 5</p>
		Reforçar as capacidades das organizações não governamentais na implementação, acompanhamento, e avaliação dos seus projectos no terreno	Organizações não governamentais são capacitadas em gestão de projectos com base em resultados até 2014

**Quadro 9 – Áreas Temáticas, Focais e Transversais do Programa**

Área Temáticas	Áreas Focais do GEF SGP	Temas Transversais
<b>Espécies e Habitats em Perigo</b>	Biodiversidade	<p>Reforço das capacidades</p> <p>Igualdade de género</p> <p>Informação, educação e sensibilização</p> <p>Envolvimento e apropriação das comunidades nos projectos</p>
<b>Gestão Integrada e Sustentável dos recursos da Terra</b>	<p>Biodiversidade</p> <p>Degradação de Terras</p> <p>POPs</p> <p>Mudanças Climáticas</p>	<p>Reforço das capacidades</p> <p>Igualdade de género</p> <p>Informação, educação e sensibilização</p> <p>Envolvimento e apropriação das comunidades nos projectos</p>

### 3.2.1 Acompanhamento e Avaliação das Áreas Temáticas:

**Quadro 10a – Espécies e Habitats em Perigo**

Objectivos	Indicadores	Dados de referência	Meios de verificação
<p>Promover e reforçar a sustentabilidade das áreas protegidas através de acções das ONGs e Associações Comunitárias</p>	<p># de actividades de concertação e negociação de medidas entre os actores</p> <p># de comités de concertação formados e capacitados</p> <p># acções promovidas por actores locais sobre aspectos da gestão das áreas protegidas</p> <p># de iniciativas de sensibilização e informação sobre os recursos das áreas protegidas e seus benefícios</p>	<p># de Áreas Protegidas (AP) onde existem alguma forma de concertação entre actores</p> <p># Comités de locais formados nas AP</p> <p># Iniciativas de gestão nas AP promovidas por actores locais</p> <p># de acções de sensibilização desenvolvidas</p>	<p>Relatórios técnicos das áreas protegidas</p> <p>Relatórios das agências ambientais</p> <p>Relatórios dos projectos</p>
<p>Dinamizar acções que propiciem a integração da conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos naturais nos sectores produtivos</p>	<p># de iniciativas de conservação implementadas por actores não estatais até o final do projecto em consonância com os planos de conservação ou gestão de recursos</p> <p># de espécies ou habitats chaves, endémicas ou em perigo alvos de acções de conservação nas zonas geográficas do programa</p> <p>Área do habitat protegido</p> <p># de acções a conservação da agro biodiversidade</p> <p># de eco-actividades (preferencialmente geradoras de rendimento) implementadas nas áreas protegidas e zonas adjacentes pelas comunidades locais</p> <p># de oportunidades amigas do ambiente desenvolvidas e implementadas por mulheres</p>	<p># de projectos ou iniciativas de conservação implementadas por actores não estatais</p> <p># de espécies e ou habitats alvos de iniciativas de conservação</p> <p># de eco-actividades desenvolvidas pelas comunidades locais</p> <p># de iniciativas promovidas e implementadas por mulheres</p>	<p>Relatórios anuais das agências ambientais</p> <p>Relatórios dos projectos</p> <p>Relatórios das agências ambientais</p>

**Quadro 10b – Gestão Integrada e Sustentável dos Recursos da Terra**

Objectivos	Indicadores	Dados de referência	Meios de verificação
Promover meios eficazes de captação, de armazenamento, e de gestão sustentável dos recursos hídricos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- # de estruturas de captação e armazenamento de água construídas e operacionais pelas comunidades locais</li> <li>- M<sup>3</sup> de água a ser captada e armazenada</li> <li>- # de actividades que promovem e implementem métodos de irrigação gota a gota</li> <li>- Ha de terreno abrangidas por rega gota a gota</li> <li>- # de acções que operacionalizam variedades de culturas que adaptem ao stress hídrico</li> <li>- # de espécies alvo de diversificação</li> <li>- # de iniciativas de novas tecnologias de rega (rega localizada e estufa) implementadas nas zonas geográficas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li># de estruturas de captação e armazenamento de água, incluindo a respectiva M<sup>3</sup> construídas nas zonas do Programa</li> <li># Iniciativas de irrigação gota a gota implementadas</li> <li>Ha abrangidos por rega gota a gota</li> <li># de acções de cultivo adaptativas</li> <li># de iniciativas de hidroponia operacionais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Relatórios técnicos das áreas protegidas</li> <li>Relatórios das agências ambientais</li> <li>Relatórios dos projectos</li> </ul>
Catalisar a implementação de tecnologias que proporcionam a resiliência climática nas comunidades locais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- # de iniciativas de colecta de água utilizando energias renováveis são implementadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li># de iniciativas de colecta de água utilizando energias renováveis</li> </ul>	
Estimular a implementação de medidas contra a desertificação ou degradação de terras, e mitigar os efeitos da seca nas zonas do programa através de iniciativas comunitárias	<ul style="list-style-type: none"> <li>- # de acções mecânicas de contenção da erosão lideradas e implementadas por comunidades locais</li> <li>- # de iniciativas biológicas de conservação e de reflorestação implementados</li> <li>- Ha de áreas reflorestadas e ou recuperadas</li> <li>- # de espécies incluindo endémicas utilizadas na reflorestação</li> <li>- # de diques e outras estruturas de contenção à erosão construídos</li> <li>- # de agricultores que diversificaram culturas e práticas agrícolas adaptadas</li> <li>- # de medidas preventivas ou correctivas anti-salinização de solos implementados</li> <li>- # de mulheres abrangidas por acções alternativas à extracção de areia nas praias</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li># de acções de contenção da erosão</li> <li># de medidas anti-salinização de solos</li> <li>Ha de terreno inicialmente alvo de reflorestação</li> <li># de espécies incluindo endémicas utilizadas na reflorestação</li> <li># de estruturas de contenção da erosão construídas</li> <li># de iniciativas que promovem ou que implementam diversificação de culturas</li> <li># de acções alternativas de rendimento à extracção de areia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Relatórios anuais das agências ambientais</li> <li>Relatórios dos projectos</li> </ul>
Fomentar a implementação de iniciativas integradas de combate e gestão, a fertilidade dos solos às doenças e pragas de modo a diminuir a contaminação no ambiente	<ul style="list-style-type: none"> <li>- # de agricultores que combatem pragas ou doenças utilizando produtos não poluentes</li> <li>- # de medidas biológicas de combate às pragas implementadas pelos actores</li> <li>- # de iniciativas rentáveis de produção orgânica</li> <li>- % de aumento de rendimento dos beneficiários</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li># de acções de combate a pragas ou doenças por medidas biológicas e ou produtos não poluentes</li> <li># de agricultores utilizando técnicas de produção orgânica</li> <li>Rendimento inicial dos beneficiários</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Relatórios dos projectos</li> <li>Relatórios das agências ambientais</li> </ul>

**Quadro 10c – Áreas Transversais ao Programa - Reforço de Capacidades e Comunicação**

Objectivos	Indicadores	Dados de referência	Meios de verificação
<p>Reforçar as capacidades dos actores não governamentais em matéria de engajamento e gestão de informações ambientais, a fim de melhor responderem aos desafios pertinentes as prioridades nacionais, e convenções do GEF</p>	<p># de encontros de troca de experiencias entre os actores realizados ate o final da fase operacional 5</p> <p># de grupos ou comités locais amigos do programa GEF SGP criados, e que apoiam ONGs no terreno</p> <p># de projectos acompanhados pelo CNP e troca de informações sobre o GEF entre os membros</p> <p>Uma plataforma de informações sobre os projectos e o SGP é criado e o acesso facilitado até 2012</p>	<p># de actividades de troca de experiencias entre actores ligados ao programa</p> <p># de comités ou grupos de apoio formados nas zonas geográficas do programa</p> <p>Frequência e # visitas aos projectos por membros do CNP</p> <p># de plataformas de informações dos projectos funcional</p>	<p>Relatório técnico do GEF SGP Cabo Verde</p> <p>Sitio Web do programa</p> <p>Relatórios dos projectos</p>
<p>Reforçar as capacidades das organizações não governamentais na implementação, acompanhamento, e avaliação dos seus projectos no terreno</p>	<p># de formações em elaboração e gestão de projectos</p> <p># de associações de zonas periféricas do programa capacitadas e apoiadas com subvenções de apoio para elaboração de projectos</p>	<p># de formações e formandos destinados a parceiros do programa em elaboração de e gestão de projectos</p>	<p>Relatório técnico do GEF SGP Cabo Verde</p> <p>Sitio Web do programa</p> <p>Relatórios dos projectos</p>

### 3.2.1.1 Tipos de projectos prioritários do GEF SGP

Para se atingir os objectivos e resultados desejados, o GEF SGP Cabo Verde propõe apoiar as iniciativas abaixo indicadas. Posteriormente, outras prioridades (Ano 2, 3, e 4) serão delineadas a fim de responderem aos eventuais ajustes das prioridades nacionais e do próprio programa GEF SGP.

Não obstante as prioridades indicadas no quadro abaixo, os proponentes poderão submeter outras propostas, desde que contribuam para os objectivos e resultados do programa GEF SGP Cabo Verde<sup>34</sup>. Para melhor enquadrarem as fichas e os projectos, recomenda-se a consulta do documento das «**Orientações do Programa**» onde poder-se-á verificar as prioridades para o mais recente convite de envio de fichas ou propostas de projectos.

**Quadro 11a – Ideias de Projectos prioritários do programa**

Área Temática	Objectivos	Duração do Programa 2010 – 2014
		Prioridades
Espécies e habitats em perigo	Promover e reforçar a sustentabilidade das áreas protegidas através de acções das ONGs e Associações Comunitárias	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Iniciativas que promovem a utilização racional (co-gestão) do espaço e dos recursos das áreas protegidas por comunidades locais</li> <li>- Acções de promoção (melhor conhecimento de espécies) e utilização sustentável de recursos naturais em zonas de interesse comunitário</li> <li>- Reforço de capacidades das ONGs no âmbito da co-gestão dos recursos e de organização interna</li> <li>- Iniciativas de reforço ou de criação de fora ou de comités de gestão nas áreas protegidas com a participação de actores não estatais</li> <li>- Iniciativas de sensibilização, informação e educação sobre os benefícios dos recursos naturais das áreas protegidas</li> </ul>
	Dinamizar acções que propiciem a integração da conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos naturais nos sectores produtivos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Iniciativas de sensibilização, informação e educação sobre as espécies chaves e/ou em perigo</li> <li>- Projectos de conservação de espécies e habitats chaves em perigo, nomeadamente tartarugas, aves marinhas e terrestres, e espécies vegetais, etc.</li> <li>- Actividades de valorização ou melhor conhecimento da biodiversidade de Cabo Verde</li> <li>- Iniciativas de monitorização e fiscalização de espécies e habitats em parceria com instituições</li> <li>- Projectos de conservação e de utilização durável de recursos naturais, inseridos nos sectores da pesca, turismo, e ou de exploração de produtos derivados de espécies vegetais, podendo estas ser desenvolvidas ou implementadas por mulheres</li> <li>- Acções de remoção de espécies invasoras</li> </ul>

<sup>34</sup> Consulte a coordenação do programa em caso de dúvida

**Quadro 11b – Projectos prioritários do programa**

Área Temática	Objectivos	Duração do Programa 2010 - 2014
		Prioridades
<b>Gestão Integrada e Sustentável dos Recursos da Terra</b>	Promover meios eficazes de captação, de armazenamento, e de gestão sustentável dos recursos hídricos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Iniciativas de captação e armazenamento da água para rega e pecuária</li> <li>- Novas tecnologias de utilização racional da água (rega gota a gota, rega localizada, estufas e hidroponia), podendo estas ser integradas com diversificação de culturas, práticas agrícolas adaptadas, combate a doenças e pragas etc.</li> <li>- Projectos de captação e gestão de água nas Áreas Protegidas</li> </ul>
	Catalisar a implementação de tecnologias que proporcionam a resiliência climática nas comunidades locais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Projectos de promoção de utilização de energias renováveis para colecta/bombagem, e distribuição de água</li> </ul>
	Estimular a implementação de medidas contra a desertificação ou degradação de terras, e mitigar os efeitos da seca nas zonas do programa através de iniciativas comunitárias	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acções mecânicas de redução da erosão nas áreas de programa e principalmente nas áreas protegidas;</li> <li>- Iniciativas de reflorestação nas zonas do programa, zonas altas, áreas protegidas e zonas de amortecimento</li> <li>- Projectos que promovem a diversificação de culturas e práticas agrícolas adaptadas, podendo estas ser integradas com rega gota a gota, combatem a doenças e pragas etc.</li> <li>- Acções de combate a salinização de solos</li> </ul>
	Fomentar a implementação de iniciativas integradas de combate e gestão, a fertilidade dos solos às doenças e pragas de modo a diminuir a contaminação no ambiente	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Combate a doenças de pragas utilizando produtos fito químicos não poluentes</li> <li>- Medidas biológicas de combate a pragas e doenças</li> <li>- Acções que reduzem o uso de adubos químicos através da utilização de técnicas alternativas de gestão de matéria orgânica (composto e bio fertilizantes)</li> </ul>

#### 4. UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DA 5ª FASE OPERACIONAL

Proponentes do GEF SGP poderão aceder aos fundos do programa somente duas (2) vezes por fase operacional. O montante máximo estipulado a nível mundial (orientações dos escritórios centrais em Nova York) por projecto é de **\$50,000.00** (Cinquenta Mil Dólares).<sup>35</sup> Assim, o Comité Nacional de Pilotagem estabeleceu que o montante máximo para as subvenções em Cabo Verde deverá ser de **\$25,000.00** (Vinte e Cinco Mil Dólares).<sup>36</sup>

Regra geral, o CNP deverá destinar 70% dos recursos disponíveis no GEF SGP a projectos nas áreas temáticas e geográficas identificadas nesta estratégia. Os 30% restantes poderão ser utilizados estrategicamente de forma a oferecerem oportunidades a projectos que demonstrarem ser iniciativas capazes de contribuir para o fortalecimento de parcerias, bem como para acções importantes para o país, mesmo que estas estejam fora do domínio das áreas temáticas e geográficas identificadas.

Os recursos do GEF SGP poderão ainda ser destinados às subvenções de planeamento. Subvenção de planeamento é uma modalidade de utilização de recursos, no âmbito do GEF SGP, destinada ao reforço das ONGs e Associações, a fim de preparem e apresentarem propostas de projectos. O montante máximo desta subvenção não deverá exceder os \$5,000.00 USD (Cinco Mil Dólares). Este tipo de apoio, autorizado pelo CNP, tem a finalidade de:

1. Capacitar as ONGs no melhor entendimento das áreas focais do GEF SGP;
2. Capacitar as ONGs a melhor entenderem a relação entre as áreas focais, áreas temáticas e as prioridades nacionais;
3. Capacitar as ONGs a elaborarem fichas e proposta de projectos que se enquadrem tanto nas áreas temáticas como nas prioridades locais.

#### 5. ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO & RELATÓRIOS

As actividades de acompanhamento e de avaliação serão realizadas a dois níveis; a nível dos projectos das ONGs e a nível do programa. Em ambos os níveis as abordagens serão participativas e promovidas para que se possa identificar e resolver possíveis problemas, aumentar a transparência e a performance, reforçar as capacidades, assim como os processos de aprendizagem.

Para atingir este objectivo, dados de referência (*baseline data*) e indicadores terão de ser desenvolvidos e / ou adaptados a partir dos documentos informativos da fase operacional do GEF SGP 5 e incorporados nos projectos das ONGs. Relatórios técnicos e financeiros serão elaborados tanto para os projectos como para o programa GEF SGP em Cabo Verde.

---

<sup>35</sup> Uma fase operacional geralmente abrange um período de 4 anos

<sup>36</sup> Consulte o documento de orientacoes do programa antes de finalizar o seu orçamento.

As ONGs, no âmbito do programa, deverão desenvolver dados de referência e indicadores dos respectivos projectos. A Coordenação Nacional (CN) assegurará que um sistema de acompanhamento e avaliação seja incorporado em todos os projectos.

### **5.1 A nível dos projectos**

A nível dos projectos, o acompanhamento e a avaliação serão efectuados em três etapas, utilizando a metodologia do ciclo dos projectos, ou seja, análise desde a identificação à implementação e a avaliação propriamente dita, sempre em estreita colaboração com o Comité Nacional de Pilotagem do programa (CNP).

#### Antes da implementação dos projectos:

É fundamental uma missão de identificação no terreno para se avaliar as reais necessidades e legitimidade de uma proposta de projecto. Dever-se-á examinar a situação de referência, o orçamento, os objectivos, resultados, indicadores propostos, assim como os impactos resultantes da proposta.

As ONGs proponentes deverão apresentar a situação de referência (baseline data) para cada indicador proposto no início do projecto. A equipa de identificação deverá ter o cuidado de verificar se as actividades de acompanhamento e de avaliação dos projectos das ONGs estão a ser orçamentadas.

#### Durante a implementação dos projectos:

Durante a implementação dos projectos propostos pelas ONGs, visitas trimestrais de avaliação serão realizadas. Durante esta etapa, encontros com beneficiários e entrevistas serão encorajados a fim de se poder cruzar os dados de terreno com os eventualmente enviados em formato de relatórios trimestrais técnicos e financeiros.

#### Final dos projectos:

Após o término dos projectos, uma avaliação participativa deverá ser conduzida pela ONG proponente e seus beneficiários, a fim de se analisar o cumprimento das metas, objectivos, resultados propostos e impactos do projecto.

### **5.2 A nível do programa**

Ao nível do programa, o Coordenador Nacional será o responsável pela elaboração de planos anuais de trabalho, tendo em conta a Estratégia de Programa do País (EEP), assim como o acompanhamento e avaliação, utilizando os projectos das ONGs e o quadro lógico do programa como ferramentas de gestão disponíveis.

As avaliações do programa serão conduzidas tendo em conta os objectivos, resultados e respectivos indicadores do EEP. Um sistema de acompanhamento dos indicadores do EEP e dos projectos será concebido a fim para melhorar a capacidade de análise e adaptação.

A avaliação global do programa poderá ser feita por agências governamentais chaves, pelo PNUD, pelos beneficiados do SGP e por outras partes interessadas. O acompanhamento da EPP poderá ditar eventualmente ajustes na mesma. Estes deverão ser efectuados, porém muito bem justificados.

O trabalho do CN também será avaliado através do Sistema de Revisão e Avaliação da Performance. Esta avaliação processa-se anualmente e complementa as informações inseridas na base de dados SGP pelo próprio Coordenador Nacional.

### **5.3. Relatórios**

Diferentes tipos de relatórios serão elaborados no âmbito do GEF SGP Cabo Verde, não só para se avaliar o trabalho executado, como também disseminar resultados e contribuir para a aprendizagem. A nível de projectos, relatórios técnicos e financeiros trimestrais e finais, assim como relatórios das avaliações finais dos projectos serão efectuados.

No âmbito do programa, relatórios técnicos e financeiros, semestrais e anuais, serão efectuados. Pontualmente, o CNP, a Equipa Central de Gestão do Programa (CPMT) em Nova York, ou ainda o PNUD poderão solicitá-los. O modelo de relatório dos projectos será definido no documento orientador de elaboração de propostas das ONGs e o do programa é pré-definido pelo CPMT.

## **6. OPERACIONALIDADE DO PROGRAMA**

### **6.1 Estrutura do Programa do SGP em Cabo Verde**

A estrutura de implementação do programa em Cabo Verde deverá ser a seguinte<sup>37</sup>:

- Coordenador Nacional do Programa (CN);
- Assistente de Programa (AS);
- Comité Nacional de Pilotagem (CNP); e
- Coordenador Sub-regional.

A Coordenação Nacional (CN e AS) do Programa é responsável pela implementação e gestão do programa, bem como para estabelecer parcerias com potenciais doadores e outros actores chaves. O Coordenador deverá acompanhar de perto a implementação da EEP, analisar as tendências nacionais e seus impactos tanto no programa nacional como no GEF SGP, a nível mundial.

---

<sup>37</sup> Termos de Referencia do NC, AS e CNP em anexo

Além da gestão do programa, a Coordenação terá o compromisso de apoiar as ONGs e as associações comunitárias no desenvolvimento das propostas de projectos, monitorar a implementação dos projectos aprovados pelo CNP e elaborar planos de trabalhos e relatórios semestrais e anuais. Mais ainda, a equipa nacional encarregar-se-á da capacitação do CNP e do secretariado das reuniões do CNP.

O CNP terá o papel de fornecer directrizes para a elaboração da EEP, avaliar e aprovar as propostas dos projectos das ONGs, bem como acompanhar e avaliar o próprio programa. O CNP desempenhará ainda papel importante no desenvolvimento de parcerias e co-financiamento, assim como no apoio à tradução das lições aprendidas para a melhoria de políticas de desenvolvimento no país.

## **7. ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS**

O GEF SGP, através do CPMT, recomenda a inclusão de uma estratégia de mobilização de recursos no EEP a fim de orientar a equipa nacional a mobilizar fundos adicionais para o programa.

Presentemente, o PNUD, o Governo de Cabo Verde e o GEF SGP mobilizaram recursos, no âmbito do GEF SGP Fase Operacional 5, que permitam o arranque e a implementação dos primeiros projectos das ONGs. Ainda nesta referida fase, assim como nas subseqüentes, como estabelecido pelo SGP, as ONGs serão fortemente encorajadas a co-financiar os seus próprios projectos.

Tendo em conta os progressos significativos da última fase operacional referente a mobilização de fundos por parte dos proponentes, o programa almeja ainda elaborar e implementar uma estratégia de busca de financiamento com o objectivo de se assegurar parcerias adicionais, e assim contribuir a sustentabilidade do GEF SGP. Esta estratégia será elaborada em estreita colaboração com o CNP, PNUD, e outras organizações parceiras.

### **Os objectivos a atingir pela estratégia de mobilização de recursos serão:**

- Encorajar e capacitar as ONGs de forma a co-financiar os seus projectos;
- Apoiar as ONGs a identificarem outras formas de apoio fora do âmbito do GEF SGP;
- Maximizar as parcerias com o Governo de Cabo Verde (através do STAR) e com PNUD; e
- Identificar e garantir a participação de doadores da sociedade civil e cooperações internacionais em Cabo Verde.

É imperativo considerar que a mobilização de recursos requer diferentes níveis de interacção e modelos específicos de abordagens, dependendo do contexto e das orientações exclusivas de cada potencial doador ou parceiro. Assim, dever-se-á considerar as seguintes orientações:

1. Promover o SGP Cabo Verde através da divulgação dos relatórios do programa, lições aprendidas, utilizando diferentes plataformas de media;

2. Promover o desenvolvimento de relacionamentos e troca de informações com potenciais doadores, no que se refere a gestão do programa e dos fundos SGP, áreas de acção do doador, requisitos das acções, preferências, a fim de se poder aumentar a transparência e credibilidade do SGP;
3. Confirmar com o CPMT, assim como os regulamentos do SGP antes de se afirmar parcerias; e
4. Monitorar e avaliar os passos de mobilização de recursos do programa.

## **8. ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE**

A sustentabilidade do programa, particularmente os impactos e a replicabilidade, encontra-se ligada a três aspectos a considerar: Sustentabilidade Ambiental, Sustentabilidade Técnica & Organizacional e Sustentabilidade Financeira.

### a. Sustentabilidade Ambiental

Ligada aos impactos do programa a longo prazo nos ecossistemas ou processos ecológicos das áreas focais do GEF.

### b. Sustentabilidade Técnica e Organizacional

É importante a colaboração entre os actores institucionais e os da sociedade civil na implementação do SGP. Também é essencial que o SGP apoie as ONGs no reforço das capacidades organizacionais e técnicas (elaboração, acompanhamento e avaliação de projectos, e busca de financiamento).

### c. Sustentabilidade Financeira

Este aspecto inclui o desenvolvimento e implementação de mecanismos e procedimentos financeiros e de suporte tanto no programa como nos projectos das ONGs, para se assegurar a transparência, viabilidade e capacidade de replicabilidade.

Outros aspectos que o SGP deverá considerar no âmbito da sustentabilidade são:

*Prioridades do país* – Articulação da EPP com as diferentes políticas nacionais, incluindo as prioridades ambientais nacionais; e

*Interesse do Governo de Cabo Verde no programa* – (a) Utilizar os membros do CNP para apoiarem nos contactos com as diferentes instituições e respectivos ministros; (b) Convidar, sempre que possível, os Ministros para participarem nas actividades do SGP; (c) Participar em actividades onde o SGP poderá ser divulgado a nível dos outros membros do Governo; (d) Sempre que possível, solicitar audiências de informação e negociação (Fundos STAR) com os Pontos Focais Político e Operacional do GEF, assim como o próprio Ministro que tutela as áreas do SGP.

## 9. GESTÃO E ESTRATÉGIA DE CONHECIMENTO

A gestão do conhecimento no quadro do SGP em Cabo Verde tem como objectivos: (1) Sensibilizar os actores e a população em geral nos domínios concernentes das áreas focais GEF e, conseqüentemente, obter uma mudança de atitudes; (2) Influenciar decisores para que haja mudanças favoráveis em políticas ou no quadro legal ambiental; e (3) Promover um aumento dos fundos disponíveis para o GEF SGP Cabo Verde, assim como o co-financiamento dos projectos das ONGs.

No âmbito da gestão de conhecimento algumas etapas serão consideradas:

*Colecta de informações* – Identificação de documentos do programa e dos projectos relacionados com as boas práticas, lições apreendidas, estudos de caso e relatórios de acompanhamento e avaliação.

*Arquivos* – sistematização e arquivo das informações a fim de facilitar o acesso e recuperação de dados.

*Análise e síntese de informações* – Analisar e sintetizar os materiais produzidos que, por sua vez, tornar-se-ão em novas fontes de informações e conhecimentos.

*Disseminação* – compartilhar todo o conhecimento em vários formatos (incluindo através da criação de um website), evidenciando o formato ideal, assim como a mensagem específica para alvos específicos.

## 10. REFERÊNCIAS CONSULTADAS

- Afrobarometer. A Qualidade da Democracia e da Governação em Cabo Verde, 2008.
- Constituição da República de Cabo Verde.
- Barbados, Barbados Country Programme Strategy, 2007.
- Boya, A. Et all. Guia Rápida: 365 Espécies del Atlântico.
- Economic Commission for Africa. Avaliação e Seguimento dos progressos relativos à Boa Governação em África, 2007.
- Freire, Ana R. et all. Avaliação do Impacto Socioeconómico e Ambiental dos Poluentes Orgânicos Persistentes, 2008.
- Instituto para a Igualdade e Equidade de Género, Plano Nacional para a Igualdade e a Equidade de Género, 2008.
- Ministério da Economia Crescimento e Competitividade, Cabo Verde Master Plan do Turismo, 2009.
- Ministério das Finanças, Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza – II, 2008.
- Ministério do Ambiente, Agricultura e Pesca, Estratégia Nacional de Conservação da Biodiversidade de CV, 1999.
- Ministério do Ambiente, Agricultura e Pesca, Livro Branco sobre o Estado do Ambiente, 2004.
- Ministério do Ambiente, Agricultura e Pesca, Plano de Gestão dos Recursos da Pesca, 2003.
- Ministério do Ambiente, Agricultura e Pesca, Legislação Pesqueira de Cabo Verde, 2005.
- Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos, Quarto Relatório sobre o Estado da Biodiversidade de Cabo Verde, 2009.
- Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos, National Adaptation Programme of Action on Climate Change (NAPA), 2007.
- Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos, Programa de Acção Nacional para a Luta Contra a Desertificação, 2006.
- Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos, Plano de Acção Nacional para o Ambiente, 2004.
- Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos, Plano Nacional para a Conservação das Tartarugas Marinhas em Cabo Verde, 2008.
- Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos, Inventário Nacional de Emissão de Dioxinas e Furanos, 2005.
- Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos, Inventário Nacional sobre os Poluentes Orgânicos Persistentes – PCBs, 2007.
- Secretariado da Convenção sobre a Diversidade Biológica. Programa de Biodiversidade Global, Montreal, 2006.
- Sénégál, Stratégie du Programme de Microfinancement du FEM Sénégál pour la Troisième Phase Opérationnelle, 2005.
- World Development Indicators database, April 2009

## Sítios na Internet

<http://www.ine.cv/dadosestatisticos.aspx/>

<http://www.platongs.org.cv/>

<http://www.platongs.org.cv/>

<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/COUNTRIES/AFRICAEXT/CAPE-VERDEEXTN/0,,menuPK:349633~pagePK:141132~piPK:141107~theSitePK:349623,00.html>

<http://www.platongs.org.cv>

<http://www.ine.cv/dadosestatisticos.aspx>

[http://hdr.undp.org/en/media/HDR\\_2009\\_EN\\_Summary.pdf](http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2009_EN_Summary.pdf)

<http://www.moibrahimfoundation.org/en/section/the-ibrahim-index>

[www.geographicguide.net/africa/cape-verde.htm](http://www.geographicguide.net/africa/cape-verde.htm)

<http://www.cbd.int>

<http://unfccc.int/2860.php>

<http://unfccc.int/2860.php/>

Mapa da página de cobertura: [www.geographicguide.net/africa/cape-verde.htm](http://www.geographicguide.net/africa/cape-verde.htm)